

PALMA, DANIELA (COORD.). *OFICINAS DE IMAGINAÇÃO E ESCRITA PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS* (RECURSO ELETRÔNICO).
CAMPINAS (SP): NÓS-OUTROS/UNICAMP,
2019. 204P.

Cláudia Tavares Alves*

O questionamento sobre quais são as possibilidades de se ensinar Direitos Humanos, na disciplina de Língua Portuguesa, foi uma das perguntas fundamentais que orientaram a produção do material didático *Oficinas de Imagem e Escrita para Educação em Direitos Humanos* (2019) – a partir deste momento, *Oficinas*. A percepção de que o tema dos Direitos Humanos está presente em parte dos documentos oficiais referentes às políticas educacionais brasileiras (BRASIL-SDH, 2013; BRASIL-SEDH, 2003 e 2010), sem que isso implique em que existam de fato orientações evidentes sobre como abordá-lo, motivou o Grupo de Pesquisa *Nós-Outros: Linguagem, Memória e Direitos Humanos*¹ a desenvolver uma série de oficinas de imaginação e escrita publicadas neste *e-book*, de distribuição gratuita e uso livre. Em formato PDF, o livro se encontra disponível para *download* pelo site: <<http://www2.iel.unicamp.br/nosoutros/>>.

O objetivo principal dessas oficinas foi produzir um livro que orientasse professoras e professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio, além das séries finais do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na tarefa de abordar pedagogicamente a questão dos Direitos Humanos em sala de aula. Mais do que se pretender como um material definitivo, a intenção parece ter sido apresentar uma reflexão sobre práticas educacionais envolvendo os Direitos Humanos e, a partir daí, estimular a produção de novos modelos didático-pedagógicos que visem à formação de crianças e jovens sobre o tema. Ou seja, se a promoção e o respeito aos Direitos Humanos são questões em pauta há anos e se tornaram

* Doutoranda pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, SP, Brasil, clautalves@gmail.com. Processo nº 2016/07884-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9297-4499>

1. *Nós-Outros: linguagem, Memória e Direitos Humanos* é um grupo de pesquisa do Instituto de Estudos da Linguagem (Unicamp). Para a elaboração do material didático *Oficinas*, contou com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unicamp.

elementos explícitos na última versão da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) do Ensino Médio, publicada em 2018 (BRASIL-MEC, 2018), então seria necessário um movimento pragmático, inclusive por parte das comunidades acadêmicas e científicas, que se dedicasse à elaboração de materiais didáticos capazes de se debruçar sobre essas questões. Por isso, além do objetivo de ocupar efetivamente as salas de aula, *Oficinas* pode funcionar também como uma inspiração para que outras iniciativas como essa surjam.

A elaboração do material foi coordenada pela Profa. Daniela Palma, docente do departamento de Linguística Aplicada da Unicamp, em conjunto com as pesquisadoras e pesquisadores Ana Júlia Valezi, Ana Luiza Barretto Bittar, Ana Paula dos Santos de Sá, Douglas Vinicius Souza Silva, Giulia Mendes Gambassi, Nayara Natalia de Barros, Rafael Salmazi Sachs e Talitha de Lima Paratela. O grupo atua desde 2016, liderado pela Profa. Daniela Palma e pelo Prof. Daniel do Nascimento e Silva (UFSC/UFRJ), no âmbito dos estudos relacionados à linguagem das subjetividades e das identidades culturais e políticas, seguindo uma abordagem intercultural e transdisciplinar, conforme consta na descrição do Grupo disponível na plataforma do CNPq. Nesse sentido, a proposta de se pensar o ensino de Direitos Humanos está inserida em tal linha de pesquisa enquanto busca por uma maneira de sensibilizar as práticas educacionais para o reconhecimento e a construção de múltiplas alteridades.

As concepções envolvidas nessa abordagem teórica ajudam a compreender o conceito de oficinas de imaginação e escrita criativa (RÜSCHE; MASCARO, 2015) implicado na feitura do material didático em questão. Isto é, para além de se focar na produção escrita em sala de aula – prática já consolidada em livros didáticos –, também serão levados em conta os processos de imaginação e elaboração dos conteúdos, dando-se assim ênfase não apenas aos produtos finais dessas oficinas, mas sobretudo aos caminhos percorridos por alunos e alunas para chegar até lá.

Para tanto, a pensadora Hannah Arendt parece ter sido uma grande fonte teórica e metodológica para a reflexão que se pretende propor ao longo de todo o volume. Desde a epígrafe, que retoma uma anotação de aula da escritora sobre a importância de *se imaginar* no lugar de outra pessoa (apud LAFER, 2007), até a própria concepção de *estória* enquanto elemento narrativo que antecede a história (PALMA et al., 2018, p. 707), o pensamento de Arendt se encontra no coração do projeto, elucidando a importância de *sensibilizar* estudantes para a existência do outro, ao mesmo tempo em que eles são *sensibilizados* para as suas próprias existências (ARENDRT, 1987). Tal filiação fica ainda mais evidente no artigo “Produção de

estórias e o gosto de afazer: exercícios de imaginação em escrita para a educação em direitos humanos” (2018), publicado pelo grupo no dossiê *Direitos humanos: perspectivas, mediações, práticas comunicativas*², cerca de um ano antes da divulgação do livro *Oficinas*. Segundo as pesquisadoras e pesquisadores, Arendt foi a pensadora que permitiu a concepção de uma pedagogia que entendesse os Direitos Humanos como um conjunto de princípios filosóficos e jurídicos, articulando “a imaginação literária, a experiência política contemporânea e o pensamento conceitual com os sentidos das existências particulares” (PALMA et al., 2018, p. 701).

A inspiração mais direta teria vindo das aulas da própria Arendt, em cursos de graduação e pós-graduação, nas quais se propunham *exercícios de imaginação*. O desafio era que estudantes criassem biografias imaginárias para determinadas personagens, as quais teriam por sua vez vivido momentos históricos específicos. A principal motivação dessa atividade seria propiciar a experiência de um acontecimento sem que fosse preciso necessariamente vivê-lo. A atividade de narração, isto é, o exercício de elaborar uma estória, seria assim concebida por meio da imaginação em relação ao que pertence ao universo de outro ser humano, de forma que, “se seus alunos e suas alunas não tinham a experiência do vivido, poderiam aprender pela experiência do narrado” (PALMA, 2019, p. 11).

Os exercícios de imaginação de Arendt se constituíram assim como práticas de sensibilização para algo que não foi exatamente vivido em primeira pessoa. Estimular o gesto de se colocar no lugar de outra pessoa e simular suas dificuldades, carências, necessidades, etc., pode *educar*, no sentido de “conduzir para fora de si” (*ex-ducere*) aquele indivíduo a *imaginar* o que essa outra pessoa vivenciou. Transformar essa experiência de imaginação em uma experiência de narração seria, desse modo, fazer a mediação entre os dois processos, transpassando-os através da experiência da linguagem e consolidando em pensamento aquilo que foi elaborado enquanto narrativa.

Paralelamente à sensibilização para a experiência de outra pessoa, há também a sensibilização para o que é próprio de cada sujeito e, nesse sentido, a prática da narração também seria uma possibilidade de elaboração de si por meio da linguagem, reavaliando o que entendemos por *self* (PALMA, 2019, p. 14). Nesse sentido, as autoras e os autores do material esperam que as oficinas possam transformar estudantes em contadores e contadoras de histórias, atuando no desenvolvimento de suas subjetividades ao incentivar a percepção de si em relação ao mundo e ao

2. Publicado pela revista *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 57, n. 2, mai.-ago. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/issue/view/1526>>. Acesso em: 09 de março de 2020.

estimular a passagem dessa percepção para uma narrativa capaz de levar em conta as vivências de cada um.

Combinando atividades que percorram então essas duas frentes de elaboração, tanto mental, quanto prática, isto é, o imaginar e o narrar, as oficinas de imaginação e escrita carregam um grande potencial de fazer com que alunos e alunas aprendam sobre os Direitos Humanos justamente a partir do reconhecimento de casos em que esses direitos foram violados. É a partir especificamente dessa noção de *sensibilização* (PALMA, 2019, p. 10), que se dá pela experiência dos outros e também por suas próprias experiências, que se torna possível uma conscientização sobre a necessidade de combater situações de preconceito e discriminação nas quais os Direitos Humanos não foram plenamente respeitados.

Em linhas gerais, as oficinas acabam por fornecer um material didático que se aplica tanto para o trabalho com os Direitos Humanos, devido à abordagem temática presente em suas leituras e atividades, quanto para o desenvolvimento de habilidades específicas referentes à escrita. Nesse ponto, é preciso levar em consideração que o material é constituído por atividades que abarcam habilidades de escrita literária, tendo em vista que, em discussões envolvendo os componentes curriculares, a literatura fica muitas vezes relegada apenas ao eixo da leitura, não sendo contemplada na mesma medida pelo eixo da escrita (PALMA, 2019, p. 16). Em geral, no Ensino Médio, priorizam-se exercícios de escrita que estejam de acordo com a tipologia argumentativa, destacando-se principalmente os gêneros dissertativos que serão cobrados em exames de seleção profissional e provas de vestibular para ingresso no Ensino Superior. No entanto, estão previstas na nova BNCC práticas de escrita criativa que possam incentivar o protagonismo de alunos e alunas por meio da aproximação a temas de seu próprio interesse (PALMA, 2019, p. 19). O material *Oficinas* se insere, portanto, nessa abertura curricular, trazendo propostas de produção textual aptas a desenvolver as capacidades criativas junto das habilidades de escrita implicadas nesse processo.

Passemos, pois, à análise das 5 oficinas que compõem o material. São elas: «Cada casa vale um conto», «Dos fios que trançam uma história», «Histórias em deslocamento», «Nas correntezas da imaginação» e «A morte em cena». Cada uma das unidades aborda algum elemento relacionado aos Direitos Humanos, organizando-se ao redor de um eixo temático principal que irá ser desdobrado em outros temas, o que possibilitará que as oficinas se entrelacem tematicamente à medida que avançamos em suas atividades. Dessa maneira, seria possível sensibilizar estudantes para uma questão principal, por exemplo na Oficina 1, o direito à moradia, paralelamente a outras questões que orbitam esse direito, como habitações

vulneráveis, memórias físicas, remoções e migrações forçadas, e, inclusive, a existência de fronteiras, o tema central da Oficina 3.

Além dessa imersão temática, cada uma das oficinas pressupõe ainda que alunos e alunas mantenham uma caderneta de anotações ao longo de todo o desenvolvimento dos conteúdos. Dessa forma, ao final da unidade, quando haverá uma proposta de produção textual mais extensa que se relaciona e sistematiza os conhecimentos mobilizados anteriormente, eles(as) possuirão um banco de informações que poderá ser consultado para estimular a criatividade narrativa. É importante mencionar que cada uma dessas produções textuais finais será dedicada a um gênero literário específico, como veremos a seguir.

A oficina “Cada casa vale um conto: direito à moradia e saudades do meu lar” tematiza, como já mencionado, o direito à moradia e os desdobramentos que surgem dessa questão, por exemplo, as condições de vida em diferentes tipos de habitação, a possibilidade ou a obrigatoriedade de mudar de casa, a ideia da casa como um refúgio social e político, entre outros. A introdução ao tema se dá pela canção “Saudosa maloca”, de Adoniran Barbosa, por meio da qual estudantes têm acesso a uma narrativa que trata das memórias de quem viveu um deslocamento forçado de sua *maloca*. Logo nesse início, é possível perceber quais são os aparatos para a apresentação dos temas: indicação de vídeos que poderão ser acessados em plataformas digitais, como o Youtube, glossários com algumas das palavras utilizadas no texto que podem gerar dúvidas (como o conceito de “paisagem urbana” e ou vocábulos de uso específico, como «maloca»), e caixas com trechos de textos complementares ao assunto, por exemplo, passagens da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal, as quais corroboram a discussão que está sendo proposta por meio de argumentos institucionais. A presença de textos que pressuponham habilidades de compreensão bastante diferentes entre si – pensemos nas dificuldades envolvidas na leitura de uma canção de Adoniran e naquelas existentes em um texto jurídico como o da Constituição brasileira – é fundamental para a formação crítica desses estudantes, mobilizando tanto seus afetos por gêneros textuais que lhes são mais próximos, quanto o contato direito com gêneros textuais burocráticos que versam sobre os seus direitos e deveres como cidadãos. Ou seja, pensando pelo ponto de vista dos letramentos sociais que estão sendo utilizados, há grande riqueza de materiais que podem estimular o trabalho com leituras sob diferentes perspectivas (STREET, 2014).

A variedade de leituras propostas contempla ainda trechos de artigos acadêmicos e jornalísticos, textos literários, como *O cortiço*, de Álvares Azevedo, e *A hora da estrela*, de Clarice Lispector, depoimentos, relatórios, transcrições de

documentários, revelando o compromisso de se apresentar o tema ao público por meio de inúmeras abordagens. Fica evidente ainda que se estabelece um casamento entre essas práticas de leitura e o estímulo às subjetividades de cada leitor ou leitora do material: pela apreensão desses diversos textos é possível a cada um(a) reconhecer-se nas narrativas elaboradas por outro(s). E mesmo naquilo em que não será possível reconhecer-se exatamente, haverá ainda a possibilidade de se identificar com a subjetividade de outra pessoa. Por exemplo, mesmo que o(a) estudante nunca tenha sofrido um deslocamento forçado ou perdido sua própria casa, por meio das múltiplas narrativas presentes, ele(a) será sensibilizado(a) a refletir sobre esses casos, levando-o(a) a ter uma experiência mediada pelas leituras realizadas. A memória física do outro, a qual está sendo narrada, torna-se assim uma chave para a própria percepção do que essas experiências significam na vida de uma pessoa – uma pessoa que não sou eu, mas *poderia ser*.

Pequenas produções escritas surgem também nos ínterims das leituras propostas. A primeira aparição da seção “Caderneta de escritor(a)”, nesse sentido, dá-se logo entre as primeiras repartições da unidade, e sugere que alunos e alunas escrevam suas impressões diante da foto de um quarto que é parte de um cortiço, na qual não há pessoas, apenas objetos pertencentes àquele espaço. Os comandos orientam a descrever objetivamente o que é visto, mas também a imaginar o que não está explícito na imagem, por exemplo, quem seriam os habitantes daquela moradia e em quais condições eles viveriam cotidianamente. Adiante, o próximo exercício de escrita se volta às memórias dos escritores e escritoras, levando-os(as) a lembrar e desenhar suas lembranças de infância após realizarem uma pesquisa sobre os quadros de Candido Portinari dedicados às paisagens afetivas registradas pelo pintor brasileiro. Mais uma vez, podemos notar como leitura e escrita estão sendo estimuladas por um viés bastante multimodal e multissemiótico, a partir do qual as ações de ler e escrever são entendidas como atividades que contemplam também a interpretação de pinturas, algumas práticas de desenho, entre outras.

Ao longo dessa oficina, há uma aproximação progressiva às narrativas dos(as) estudantes. Dessa forma, a próxima “Caderneta de escritor(a)” será direcionada a fazê-los(as) observar e descrever a sua própria vizinhança, inscrevendo-se a si mesmo(a) nesse espaço. Há uma série de perguntas motivadoras para lhes despertar uma reflexão, por exemplo, em relação a quais são os cheiros e os sons que eles(as) reconhecem em seus bairros e suas comunidades, e quem e como são as pessoas que convivem nesses mesmos espaços. Ou seja, nesse caso, a atividade escrita se insere em um contexto pessoal, estimulando a reflexão sobre o ambiente físico ocupado por meio de práticas de observação, descrição, ficcionalização presentes

no exercício – o qual se transforma em uma narrativa que incita a imaginação sobre si mesmo(a).

Cada uma dessas anotações de menor proporção, realizadas ao longo da oficina, estará intuitivamente construindo uma produção escrita maior e mais complexa, a qual aparecerá ao final da unidade. Nesse caso, os alunos e as alunas deverão escrever um conto em que se narra a experiência de alguém que perdeu a sua moradia. São fornecidas duas situações de produção, a saber, a remoção de alguém que vivia ao redor do rio Xingu, no Pará, e foi desalojado para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, ou a remoção forçada de um morador ou moradora da cidade do Rio de Janeiro durante as construções das obras relacionadas aos Jogos Olímpicos de 2016. Estudantes poderão, no entanto, narrar outros episódios semelhantes, escolhidos a partir de suas próprias referências, como filmes e livros, ou baseando-se ainda em outros casos reais, divulgados pela imprensa ou conhecidos em seus próprios círculos de vivência.

É importante ressaltar em que medida essa produção escrita mais extensa está inserida em um contexto maior de orientações pedagógicas. Desde o texto literário lido imediatamente antes dessa seção, isto é, o conto “Muribeca”, do escritor Marcelino Freire, até as orientações minuciosas sobre como se planejarem para escrever o conto em questão – elaborando uma espécie de projeto de texto que contemple elementos como tema, voz narrativa, personagens e espaços -, alunos e alunas estão sendo preparados(as) passo a passo para tal prática de escrita. Isso mostra como há um processo em escalonamento, até que se chegue a uma atividade de maior complexidade. A oficina “Cada casa vale um conto” pode ser compreendida, portanto, como uma unidade orgânica, que conjuga imaginação e narrativa por meio de pequenos tijolos, os quais, juntos, formam uma estrutura sólida que permite chegar à reflexão crítica pretendida. O direito à moradia, muitas vezes naturalizado por aqueles que não se atentam para o privilégio de ter uma casa, insere-se no contexto do ensino sobre os Direitos Humanos como um aspecto fundamental que considera a dignidade das pessoas. Ao construir essa reflexão crítica sobre o tema, passando tanto pelo reconhecimento de suas próprias condições de vida, quanto pela sensibilização oriunda da percepção das condições de vida de outras pessoas, a escrita de um conto funciona como um mecanismo de consolidação desse exercício de humanidade que vem sendo arquitetado desde as primeiras leituras apresentadas na unidade.

Seguindo esse mesmo processo de construção progressiva de reflexões, as oficinas seguintes são estruturadas segundo o mesmo formato, associando estímulos a leituras (concebidas em modalidades diversas) e produções escritas (alimentadas

por especificidades diferentes). A Oficina 2, “Dos fios que trançam uma história: liberdade de expressão, identidade cultural e autoestima”, aborda os direitos à liberdade de expressão e à identidade cultural, centralizando-se no tema dos cabelos e o que eles representam, individual ou coletivamente, para as pessoas. Ou seja, por meio do reconhecimento de que os cabelos carregam significados sociais, políticos e culturais, relacionados a nós e a outros seres humanos, essa unidade irá trabalhar conteúdos que conscientizem os/as estudantes das discriminações sociais e raciais implicadas e subjetivadas em nossa identidade capilar. Analisa-se um aspecto natural do nosso corpo, presente ou ausente em todos e todas nós, mas que nos permite afrontar a ideia de um mundo em que algumas pessoas parecem ter mais direitos do que outras, mesmo quando se trata de características físicas e biológicas.

Após realizarem práticas de escritas envolvendo a construção de argumentos para combater estereótipos relacionados aos cabelos e a elaboração de propostas de intervenção capazes de agir em casos de vulnerabilidade social, ambas presentes nas atividades da seção “Caderneta de escritor(a)”, os alunos e as alunas são encorajados(as) a realizar uma ou duas propostas finais de produção de texto. Elas se voltam à criação de: 1) um roteiro para filme que tematize os cabelos, por um viés que lide com “questões afetivas, biográficas, sociais, estéticas e/ou políticas” (PALMA, 2019, p. 84); e/ou 2) uma música, com letra e composição sonora, também relacionada aos cabelos em suas mais diversas possibilidades de expressão. Na primeira proposta, há um grande incentivo para que estudantes desenvolvam um enredo que se particularize pela experiência pessoal de algum sujeito presente na história, ainda que o contexto em que ela será concebida deva levar em conta questões sociais mais gerais, como os impactos de uma ofensa pública. Essa proposta estimula ainda o trabalho com modalidades diversas, como as gravações em vídeo, e com a oralidade, já que o texto escrito poderá ser encenado, o que novamente revela um emaranhado de habilidades que se agregam ao todo. Na segunda proposta, os fios que partem desse emaranhado se tornam evidentes por abordarem a sonoridade das produções, tanto na modalidade escrita, quanto na modalidade auditiva, tendo em vista que se espera que os alunos e as alunas componham uma música para acompanhar a canção escrita. É importante mencionar que essa é uma maneira acessível e leve de introduzir o tema da escrita poética em salas de aula de Ensino Médio, pois se trata de um tema bastante temido no contexto escolar, mas que ganha naturalidade por ser apresentado nesse caso junto à composição musical.

A Oficina 3, “Histórias em deslocamento: direito a migrar e o medo das fronteiras”, irá desenvolver com maior profundidade alguns dos temas que já haviam sido introduzidos na Oficina 1, tendo em vista que falar sobre o direito à moradia e o

direito à migração entre fronteiras são dois assuntos que se agregam por tratarem do nosso direito a ocupar, fisicamente, espaços que nos acolham afetivamente, sejam eles uma casa ou um país. Os alunos e as alunas são assim convidados(as) a pensar acerca do conceito implicado na definição de fronteiras, como elas são representadas e quais consequências surgem de sua existência. A partir daí, são levados(as) à discussão sobre quais são os perímetros geográficos que os(as) circundam e como se sentiriam se tivessem que obrigatoriamente deixar esse lugar. Após conhecerem histórias e narrativas de refugiados e imigrantes, deverão produzir, finalmente, um exercício de escrita mais complexo e extenso, na forma de duas cartas ficcionais: a primeira tendo como remetente um refugiado venezuelano recém-chegado ao Brasil e como destinatário um estudante de Ensino Médio; a segunda, como uma resposta desse destinatário à carta recebida – no caso dessa segunda produção, é possível que as cartas sejam trocadas entre os alunos e as alunas de uma mesma sala de aula, a fim de diversificar e também dinamizar as relações pessoais por meio das interações epistolares. Para essa atividade, é esperado que estudantes ultrapassem as barreiras do que lhes é conhecido e realizem uma pesquisa sobre a questão dos migrantes e refugiados vindos da Venezuela para o Brasil, de forma a ampliar a compreensão sobre o passado, o presente e o futuro dessas pessoas em relação à experiência de transição entre territórios. Sendo assim, a aproximação a um assunto de extrema importância para o nosso país e para o mundo será apreendido por meio de uma pesquisa direcionada a sujeitos, a indivíduos, e não por meio de um recorte mais geral, objetivado, o qual exclui muitas vezes o debate sobre os Direitos Humanos envolvidos em um contexto como esse.

Em “Nas correntezas da imaginação: acesso à água e os direitos da natureza”, a Oficina 4 presente no material, os temas novamente se entrelaçam para desaguar em uma reflexão sobre o direito à natureza e ao que ela nos oferece, bem como o direito ao saneamento básico, por se tratar de um direito social evidente mas que possui acesso bastante desigual em nossa sociedade. Para tanto, retornamos ao contexto do rio Xingu e à conscientização sobre as mudanças que ele tem sofrido nos últimos anos, seja pelo impacto ambiental causado pela construção da usina de Belo Monte, seja pela destruição dos recursos naturais em escala global. Assim, para a sensibilização acerca do tema, estudantes deverão pensar sobre o direito à água, sobre os momentos caóticos em que ela não está disponível, sobre os problemas sociais gerados por chuvas excessivas, entre outros assuntos. Aos poucos, haverá uma mudança de curso e passaremos a nos fazer esses mesmos questionamentos pela perspectiva das águas e dos rios. Eles teriam, afinal, o direito de não serem dizimados pelos seres humanos – algo que poderíamos relacionar à teoria do

perspectivismo ameríndio conceituado pelos pesquisadores Eduardo Viveiros de Castro (CASTRO, 1996) e Tânia Stolze Lima. Essa discussão irá culminar no desastre ambiental ocorrido no município de Mariana, Minas Gerais, quando do rompimento das barragens de detritos minerais, fato que levou à morte, simbólica e ecossistêmica, do rio Doce. Por esse motivo, a proposta final de produção solicita a escrita de uma narrativa em que o rio será personificado, tornando-se protagonista dessa história na qual ele irá dialogar com os habitantes que vivem às suas margens. Será assim possível trabalhar em sala de aula com a escrita de uma fábula, pela qual serão atribuídos aspectos humanos ao rio e a outros seres os quais geralmente não reconhecemos como detentores de direitos – inclusive do próprio direito à existência, independentemente da depredação humana.

Finalmente, a Oficina 5, “A morte em cena: sentimentos de perda e o direito ao luto”, tem seu foco no direito ao luto, isto é, no direito de se viver individualmente, com respeito, a morte de algum ente querido, e também no direito de todos(as) terem um ritual de sepultamento digno. Por se tratar de um tema bastante sensível e que envolve tabus moralmente aterrados em nós todos(as) – o que explica, aliás, as escassas abordagens pedagógicas voltadas a esse tema –, apresenta-se uma retrospectiva de representações da morte, desde a cultura grega até a cultura contemporânea popular presente, por exemplo, em histórias em quadrinhos e filmes. Após tal ambientação ao tema, os pensamentos de Sigmund Freud e Charles Darwin são trazidos à tona para se propor uma reflexão mais aprofundada sobre a maneira como os humanos lidam com a morte em nossas sociedades. Há ainda um forte apelo a fatos históricos, como guerras e ditaduras, além de contextos extremos de supressão de direitos civis, como foi o caso do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, entre tantos outros casos vistos cotidianamente no Brasil.

A última produção textual será então dedicada à escrita de uma peça de teatro curta ou uma cena teatral em que as personagens devem lutar para ter o sepultamento digno de algum membro de sua família. Inspirados(as) pela tragédia grega *Antígona*, de Sófocles, da qual é possível ler um trecho reproduzido no material, estudantes deverão planejar a escrita de acordo com características próprias do gênero dramático, vislumbrando uma possível encenação posterior. Após a conclusão dessa atividade, isto é, após a realização das 5 oficinas disponíveis no volume, os alunos e as alunas terão passado pela leitura de uma imensa gama de materiais, ficcionais e não ficcionais, assim como pela produção escrita de vários gêneros literários, contemplados majoritariamente no âmbito da tipologia textual narrativa, ainda que com flertes com a argumentação e a descrição.

Na sequência das oficinas, haverá ainda uma seção complementar, com novas atividades de fixação em escrita de narrativa referentes a cada uma das unidades. Além disso, estarão disponíveis nessa seção orientações específicas para professores e professoras trabalharem e corrigirem os conteúdos vistos ao longo de cada oficina. Nesse sentido, vale notar a grande quantidade de materiais complementares e auxiliares existentes em todo o material – a começar pela rica introdução ao início do volume, seguida pela exposição de estratégias de abordagem para trabalhar com as oficinas, indicações bibliográficas e de materiais para consulta, chegando finalmente à última seção, com novos exercícios e instruções voltadas a docentes. Por isso, é admirável o esforço em buscar amparar, tanto na teoria, quanto na prática, aqueles(as) que se tornarão responsáveis por guiar a utilização do material em sala de aula.

Vale notar ainda o trabalho de diagramação e de curadoria de fotos e imagens que ilustram todo o volume, complementando o efeito de sensibilização que se pretende atingir. Cada oficina é acompanhada por cores vivas que nos chegam através de pessoas, objetos, paisagens, construções, tanto do tempo presente, quanto do passado, aguçando de maneira imediata leitores e leitoras para a pluralidade de existências que permeiam nosso mundo. Sob o primeiro impacto causado por essas imagens, as quais nos lembram da beleza existente no mundo mesmo diante de temas tão delicados como os que estão sendo tratados, nossa curiosidade é estimulada e nos abrimos para o convite de nos aproximarmos finalmente dos textos escritos – os quais por vezes afastam o interesse de estudantes quando reproduzidos isoladamente. Cria-se dessa forma uma relação de mútuo interesse pelo que se vê e pelo que poderá ser lido.

Nesse sentido, é interessante ressaltar também a importância de utilizar, em sala de aula, o arquivo digital de *Oficinas* ou, nos casos em que faltem computadores para isso, imprimir cópias coloridas se possível, de forma que a experiência estética, tanto de professoras e professores, quanto de alunas e alunos, possa se cumprir de acordo com todo o potencial existente. Além disso, o manuseio da versão digital também poderá ser importante para facilitar e tornar mais dinâmico o acesso aos diversos *links* indicados ao longo das oficinas, os quais redirecionam o leitor e a leitora a materiais complementares disponíveis na internet. São inúmeras as indicações a vídeos, filmes, documentários, reportagens, *sites* institucionais, páginas pessoais etc., todos acessíveis por meio de várias plataformas digitais. Isto significa que há um vasto conjunto de materiais extras que vão além do próprio livro (ele mesmo um objeto digital), o que estimula a interatividade entre os conhecimentos trabalhados pedagogicamente, com a mediação do professor ou professora em sala de aula, e os

conhecimentos disseminados por toda a rede virtual à que os alunos e alunas têm acesso.

Uma visão panorâmica do material revela enfim que, apesar de ser direcionado à disciplina de Língua Portuguesa, existem ali abordagens interdisciplinares que percorrem todas as temáticas perpassadas, sendo assim difícil afirmar que a apreensão dos conteúdos se dê de maneira isolada. Dito isto, vale mencionar que as oficinas poderiam ser utilizadas nas aulas regulares de Língua Portuguesa, como indicado desde o início do volume, mas também em atividades escolares que visem a trabalhar em interdisciplinaridade ou em projetos que pretendam reunir disciplinas diversas em uma mesma ação pedagógica, como previsto tanto pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) (BRASIL-MEC, 1998), quanto pela nova BNCC (BRASIL-MEC, 2018). Há ainda uma grande margem para que essas oficinas possam ser desdobradas em novas atividades, como saraus, encenações teatrais, performances, feiras etc., o que poderia envolver a comunidade escolar de maneira mais ampla.

Estamos, portanto, diante de um material didático bastante rico em possibilidades pedagógicas, de forma que tal potencialidade cumpre o objetivo proposto na apresentação do volume, de incentivo à produção de outros materiais que também abordem temáticas referentes aos Direitos Humanos. Questões relativas à formação desses estudantes enquanto cidadãos e cidadãs (BRASIL-MEC, 2006) ganham nesse caso a mesma importância que o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita (TAUVERON, 2014), o que demonstra que letramentos sociais e políticos podem e devem ser abordados em sala de aula, sem que isso implique qualquer comprometimento dos conteúdos programáticos consistentemente vistos em contexto escolar. É possível acreditar assim na relevância de promover uma educação de qualidade que se envolva também com a formação crítica de alunos e alunas, respondendo ativamente, por meio de nossas ações pedagógicas, a um projeto de mundo mais humano, mais igualitário e mais democrático a todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. (1987). *Homens em tempos sombrios*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras.
- BRASIL-MEC (1998). *Parâmetros curriculares nacionais: 3º e 4º ciclos do ensino fundamental – Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF.

- BRASIL-MEC (2006). *Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Volume I: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC/SEB.
- BRASIL-MEC (2013). “Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” – PARECER CNE/ CP Nº 8/2012, in.: _____. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC/ SEB, pp. 494-513.
- BRASIL-MEC (2017). *Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base*. Brasília: MEC/SEB.
- BRASIL-MEC (2018). *Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEB.
- BRASIL-SDH (2013). *Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais*. Brasília: SDH/PR.
- BRASIL-SEDH (2003). *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação.
- BRASIL-SEDH (2010). *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH/PR.
- CASTRO, E. V. de. (1996) Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, Rio de Janeiro (RJ), v. 2, n. 2, pp. 115-144. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de março de 2020.
- LAFER, C. (2007). Experiência, ação e narrativa: reflexões sobre um curso de Hannah Arendt. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 289-304. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200022>. Acesso em: 10 de março de 2020.
- PALMA, D.; SÁ, A. P. dos S. de; BARROS, N. N. de; SACHS, R. S. (2018) Produção de estórias e o gosto de afazer: exercícios de imaginação em escrita para a educação em direitos humanos. *Trabalho em Linguística Aplicada*, Campinas (SP), v. 57, n. 2, pp. 699-730, mai.-ago. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651914/18319>>. Acesso em: 09 de março de 2020.
- RÜSCHE, A.; MASCARO, L. D.M. (2015). Tornar presente o ausente: escrita criativa e reflexão sobre Direitos Humanos. *Lua Nova*, São Paulo, n. 96, p. 71-87. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452015000300005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 de março de 2020.
- TAUVERON, C. (2014). A escrita “literária” da narrativa na escola: condições e obstáculos. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 52, p. 85-101.

STREET, B. V. (2014) *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola.

Recebido: 20/03/2020

Aceito: 22/03/2020

Publicado: 7/04/2020